

Começa a construção dos prédios para famílias removidas do Ferrugem

19 de Setembro de 2016 , 15:30

Atualizado em 20 de Setembro de 2016 , 13:27



Os investimentos no Projeto de Requalificação Urbana e Ambiental e de Controle de Cheias do Córrego Ferrugem vão permitir que 304 famílias que moravam em áreas de risco, nas vilas Itaú, PTO, Canal e Samag, em Contagem, e das vilas Esporte Clube e Madre Gertrudes, em Belo Horizonte, recebam novas residências. A primeira etapa da construção dos apartamentos começou em seis áreas no bairro Água Branca, em Contagem.

São 19 edifícios de quatro pavimentos com 16 apartamentos cada, sendo sete unidades de dois quartos (45,83m² cada), oito de três quartos (55,85m² cada) e um apartamento de dois quartos adaptado para pessoa com necessidades especiais (55,85m²). O projeto contempla a implantação de equipamentos e infraestrutura urbana nas áreas destinadas ao reassentamento das famílias, com espaços para convívio social, prática de atividades esportivas, playground, área de estacionamento para veículos, implantação, recuperação e articulação viária no entorno dos prédios.

O projeto, além de envolver todas as famílias no processo de reassentamento, buscou priorizar a contratação de mão de obra da própria comunidade reassentada. É o caso de Roberto Carlos da Silva, 37 anos, casado e dois filhos. Segundo ele, é muito gratificante acompanhar de perto as obras e ver sua evolução. “Estou ajudando construir um sonho que sempre tive que é dar uma moradia digna para minha família e o que é melhor, estou trabalhando”. Roberto Carlos vivia com sua família na Vila PTO e atualmente recebe Bolsa Moradia, enquanto as obras não ficam prontas.



A execução das obras cabe ao Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop), com investimento da ordem de R\$34 milhões, sendo R\$14,26 milhões de repasse do Tesouro Federal e R\$10,69 milhões de contrapartida do governo estadual. Além desse valor, o Estado irá investir também, com recursos do tesouro estadual, outros R\$9,18 milhões para complementar as ações necessárias para implantação do empreendimento, ou seja, executar toda a infraestrutura fora das áreas delimitadas do reassentamento.

Foto: Mércia Lemos

[Enviar para impressão](#)